

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO À RECAPITALIZAÇÃO DA CGD E À GESTÃO DO BANCO

DEPUTADO RELATOR: CARLOS J. PEREIRA

As conclusões da CPI estão, definitivamente, marcadas por fatores externos à questão do objeto de inquérito, designadamente:

por um lado, a complexidade e adversidades do funcionamento, mas também da oportunidade desta CPI.

Um inquérito parlamentar efetuado a um banco em pleno funcionamento levantou muitas questões que afetaram o andamento dos trabalhos;

por outro, a recusa, de várias instituições, incluindo a CGD, o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal ou a CMVM em torno do acesso à documentação requerida, foi muitas vezes entrave ao trabalho dos deputados, mas também criou dúvidas sobre o impacto da exposição do conteúdo de certos documentos na vida do banco;

As conclusões da CPI estão, definitivamente, marcadas por fatores externos à questão do objeto de inquérito, designadamente:

Finalmente, e não menos importante, o longo período do seu funcionamento, em virtude das suspensões e prorrogações estabelecidas (quatro suspensões e duas prorrogações), a par das questões introduzidas sobre a interpretação do objeto do inquérito.

ESQUEMA GERAL DO RELATÓRIO

O relatório tem sete capítulos, cinco deles abordam factos e dois capítulos para conclusões e recomendações.

Na Introdução, destacam-se as questões relacionadas com o objeto da comissão, as matérias relativas ao acesso à documentação e uma breve história do grupo CGD no sistema bancário nacional, sublinhando a sua importância

ESQUEMA GERAL DO RELATÓRIO

O segundo capítulo, o mais extenso, aborda a evolução da CGD em três períodos:
Fase I, entre 2000 a 2007;
a Fase II, entre 2008 a 2013;
e a fase III, entre 2014 a 2016

O cenário macroeconómico, a situação económica e financeira do banco, a actuação dos órgãos societários e as práticas de gestão no domínio da concessão de crédito, foram temas comuns nas diferentes fases. Na fase II e na Fase III foram incluídos outros temas relevantes para responder ao objeto da comissão, designadamente a capitalização de 2012, na fase II, e a execução do Plano de Reestruturação e análise das necessidades de recapitalização, na fase III.

ESQUEMA GERAL DO RELATÓRIO

O terceiro capítulo trata dos casos concretos analisados na CPI

Destaque para a temática relacionada com o grupo Champalimaud

O Projecto Vale do Lobo

O Projecto La Seda

Ou a Cimpor

ESQUEMA GERAL DO RELATÓRIO

O quarto capítulo aborda a problemática dos objetivos estratégicos definidos ao longo do período de análise

Projeto Líder

Revisão do Desafio Estratégico do grupo CGD

A carta de missão de Maio de 2013

As questões da internacionalização

ESQUEMA GERAL DO RELATÓRIO

O quinto capítulo trata das questões de Supervisão e Regulação, designadamente pelo Banco de Portugal e CMVM.

O sexto capítulo são as conclusões

E, finalmente, um capítulo com as recomendações

DADOS GERAIS NAS DIFERENTES FASES

FASE I

A CGD, nestes anos, registou sempre resultados positivos, cerca de 4 881 milhões de euros;

Distribuiu 1 836 milhões de euros de dividendos

Teve intervenção ativa nas privatizações, designadamente da EDP, da PT, da Brisa...

Reforçou o seu papel no sector segurador

Envolveu-se ativamente na solução para o grupo Champalimaud.

DADOS GERAIS NAS DIFERENTES FASES

FASE I

Entre 2000 e 2007 a CGD aumentou 10,5% o número de agências e quase 18% o número de funcionários (20 562 funcionários em 2007)

Verificaram-se vários aumentos de capital, num montante global de 1 100 milhões

Os resultados líquidos consolidados cresceram 57% e a margem financeira 35%

DADOS GERAIS NAS DIFERENTES FASES

FASE II

Entre 2008 e 2013 o ambiente económico foi desfavorável para a actividade da CGD. O ano de 2008 foi um ano de viragem do ciclo, em virtude da crise do subprime

Os dados macroeconómicos, PIB e Emprego, evoluem negativamente durante esta fase. A taxa de desemprego apresenta valores de 16,2% em 2013. Era menos de metade em 2007.

Este ambiente negativo afecta a CGD: a margem financeira caiu atingindo em 2013 o valor mais baixo do período, cerca de 931 milhões (em 2008 era de 2201 milhões)

DADOS GERAIS NAS DIFERENTES FASES

FASE II

Os juros caíram prejudicando a margem financeira

As imparidades aumentam: o saldo de imparidades passa de 2 121 milhões, em 2008, para 4 512 milhões de euros em 2013

A partir de 2011 os resultados da CGD passam a negativos.

Neste período os aumentos de capital somam 2 800 milhões

DADOS GERAIS NAS DIFERENTES FASES

FASE III

Em 2014 verifica-se o primeiro crescimento da atividade económica desde 2010.

Em termos da CGD, apesar da recuperação (ligeira) das margens financeiras (1038 e 1188 milhões em 2014 e 2015 respetivamente) os resultados líquidos permaneceram negativos (-348 e -172 milhões de euros)

Não se verificaram aumentos de capital

A CGD chegou a 2015 com saldo de imparidades de 5 198 milhões

A evolução do Grupo CGD é marcada pela privatização do negócio dos seguros

ALGUMAS CONCLUSÕES

Sobre a política de concessão de crédito não foi possível demonstrar se existiram pressões do acionista.

Na prática, não é possível concluir que não tenham existido pressões externas para aprovação de certos créditos. O que se afigura consistente é não excluir a existência de erros de concessão de créditos.

Por outro lado, há projectos que foram analisados na CPI cujo racional de decisão não foi totalmente, e cabalmente, esclarecido.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A Política de concessão de crédito e de gestão de risco foi sendo reforçada ao longo dos anos, com particular atenção com a recapitalização de 2012.

Sobre o diálogo da CGD com o acionista a avaliação efectuada na CPI, quer através dos depoimentos recolhidos quer da documentação revela que foi sendo efectuada pelas mais variadas matérias, mais ou menos estratégicas, mas dependia do momento e dos protagonistas.

.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Houve referências a pressões para mudança de administrações, designadamente no tempo do ex-ministro Luis Campos e Cunha, que acusou José Sócrates de o pressionar para nomear Carlos Santos Ferreira e Armando Vara. E, também foi referido, no âmbito da CPI, que o também ex- ministro Bagão Felix sugeriu a Victor Martins a Dra. Celeste Cardona.

De resto, vale a pena referir as declarações de Nogueira Leite sobre a interferência do ministro Vitor Gaspar, através do conselheiro António Borges, na intermediação da operação da CIMPOR.

.

ALGUMAS CONCLUSÕES

O Tribunal de Contas, numa auditoria ao controle do Ministério das Finanças ao Sector Empresarial do Estado, entre 2013 e 2015, concluiu que o acionista aprovou contas sem informação suficiente.

Apesar da existência de operações de risco e das fragilidades de controle interno (de acordo com comissão de auditoria da CGD), o Ministério das finanças não solicitou a intervenção de outras entidades como o caso da IGF.

A intervenção da IGF na CGD está limitada por restrições de acesso à documentação (restrições no acesso à informação protegida pelo sigilo bancário), impedindo a emissão de opinião sobre apreciação de imparidades ou rácios de solvabilidade.

ALGUMAS CONCLUSÕES

O PAEF introduziu orientações para a CGD, nomeadamente a venda do sector Segurador

A crise provoca alterações no modelo de governação da CGD para responder a exigências. No final de 2011 a CGD transita para de um modelo de governação com um conselho de administração e uma comissão executiva.

As exigências regulatórias, com mais requisitos de capital, aprofundaram-se depois da crise e levaram a mais necessidades de capital

ALGUMAS CONCLUSÕES

A capitalização ocorre em 2012, na sequência da formalização do Plano de Financiamento e Capital, previsto no PAEF e depois dos testes de stress que deu origem a uma recomendação da Autoridade Bancária Europeia para um reforço dos níveis de capital.

A capitalização de 2012 foi efetuada pelo montante mínimo...

O modelo de capitalização, com subscrição de CoCos não favoreceu a reestruturação da CGD

O cenário macroeconómico usado não se veio a concretizar

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os dados financeiros usados (taxas de juro) não se verificaram e provocou desvios na execução do Plano de Restruturação, face ao cenário base

O Plano de Restruturação é parcialmente concretizado. Os CoCos não foram reembolsados nem o reembolso dos activos do ex-BPN.

O Banco de Portugal assegurou que a CGD tinha capacidade para cumprir o Plano e Capitalização. Mas não cumpriu!

ALGUMAS CONCLUSÕES

As novas necessidades de capitalização da CGD tornaram-se evidentes no final de 2014 quando a CGD falhou o reembolso dos CoCos. José de Matos informou o governo, no primeiro semestre de 2015, para a “necessidade urgente de capital”

Dos diferentes depoimentos mas também da documentação disponível, conclui-se que as necessidades de capitalização de 2016 tem origem não em apenas um factor mas em vários, que passo a discriminar:

A crise económica depois de 2008, que se aprofundou até 2013, aumentou taxas de incumprimento de crédito (cresceu oito vezes entre 2008 e 2016) e volume de imparidades.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A recapitalização de 2012 não foi suficiente

O modelo de recapitalização, com utilização de CoCos, exigiu mais capital para reembolso destes instrumentos

A política expansionista do BCE: para combater o fraco crescimento económico, as opções do BCE conduziram a redução das taxas de juro (foram negativas em 2015) afetando a margem financeira da CGD

Novas exigências regulatórias, obriga a sucessivos novos requisitos de capital

ALGUMAS CONCLUSÕES

E, finalmente, não devem ser excluídas os erros de gestão do passado, designadamente práticas menos conservadoras na concessão de crédito.

Esta capitalização (de 2016) não é ajuda de estado

ALGUMAS CONCLUSÕES – DOS CASOS CONCRETOS

A transferência do fundo de pensões para a CGA tinha por objectivo o cumprimento Do PEC, sobretudo controle do défice de 2004

O governo, no ano 2000, através da CGD, intervém na venda do grupo Champalimaud de modo a concretizar uma decisão estratégica para impedir que o controle de parte do sistema financeiro se deslocasse para Espanha.

A aquisição de acções do BCP (pela CGD) foi consequência do envolvimento da CGD na operação Champalimaud.

ALGUMAS CONCLUSÕES – DOS CASOS CONCRETOS

Ao fim de 4 anos (2004) a CGD redimensiona a sua participação no BCP e reforça o negócio dos seguros, adquirindo o sector segurador do BCP. Em 2012 a CGD perde a sua posição qualificada no BCP

A CGD financiou a aquisição de ações do BCP e os empréstimos tinham como colateral as respetivas ações.

Não ficou demonstrado o racional de interesse público na participação da CGD no projecto Vale do Lobo e La seda

ALGUMAS CONCLUSÕES – DOS CASOS CONCRETOS

Depois de adquirido uma participação da CIMPOR (9,6%) na sequência da reestruturação da dívida do empresário Manuel Fino em 2009, a CGD vende em 2012 esta participação à Camargo Corrêa por imposição do governo

Nogueira Leite acusa, na CPI, o governo de interferência mas, segundo ele, essa interferência só é satisfeita parcialmente

ALGUMAS CONCLUSÕES – DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Projeto Líder foi o suporte estratégico para as opções de gestão entre 2005 e 2007. Tinha por objetivo dinamizar a banca de retalho no mercado doméstico e tinha um foco no reforço das funções de controle de gestão, de gestão de risco, além da alteração do modelo de governação.

A Revisão do Desafio Estratégico 2011-2013 foi apreciado pelo acionista 5 meses depois da aprovação do memorando de entendimento e foi a base para o plano de reestruturação

A carta de missão antecede a aprovação do Plano de Reestruturação . Traduz uma vontade do acionista promover o credito ao sector empresarial.

ALGUMAS CONCLUSÕES – DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A área internacional do grupo CGD foi criada em 2000. Entre 2000 e 2007 verificou-se um forte crescimento das actividade das sucursais. O valor dos depósitos da actividade internacional era de 2,5 mil milhões em 2000 mas em 2007 atingiu 9,3 mil milhões.

Entre 2008 e 2011 os contributos para o resultado liquido eram positivos mas em 2012 e 2013 foram negativos.

Falhou a estratégia de crescimento internacional por aquisição (até 2005) e arrancou uma abordagem baseada no crescimento orgânico, um projecto para desenvolver entre 2005-2010. Ficou pela primeira fase e a crise impediu a execução da segunda fase.

ALGUMAS CONCLUSÕES – DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A partir de 2013 o plano de reestruturação incide particularmente na BCG em Espanha

Não se verificou, ao longo do período, uma visão estratégica consistente sobre a internacionalização, sobretudo em Espanha. Há contradições entre administradores e a tutela não tinha posição definitiva sobre a questão.

ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

Manutenção da CGD com capital 100% público

Adoção de práticas mais conservadoras

Alteração do quadro legal que exija que a CGD esteja sujeita a mais procedimentos de controle e rigor

Introduzir mecanismos formais de diálogo e relacionamento efetivo com a tutela de modo a evitar decisões casuísticas relativamente a aspetos estratégicos.